



ATA Nº 84/2022

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas e trinta minutos, na sala de reuniões do CISAMOSC, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária, os prefeitos do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC, CNPJ 01.336.261/0001-40, com endereço na Servidão Anjo da Guarda 295 D, Efapi, Chapecó - SC, com registro de presença de todos em lista anexa. Mauro Risso, Prefeito de Jardinópolis e Presidente do CIS-AMOSC deu abertura aos trabalhos, conforme edital nº 04/2022, que trata da convocação da presente Assembleia. Na sequência, Geísa Muller de Oliveira, Secretária Executiva do Consorcio fez a leitura do resumo da Ata número 83/2022 e colocou em aprovação com a assembleia, a mesma foi aprovada por todos. Na sequência Geísa colocou em aprovação a solicitação de entrada no Consorcio do município de Lacerdópolis que mandou um ofício solicitando o ingresso juntamente com a Lei de autorização já aprovada pela Câmara de vereadores deste município e os prefeitos presentes colocaram a importância de abrir as portas do CISAMOSC a mais municípios que demonstrarem necessidade. Presidente Mauro colocou com relação a proposta do Projeto de Lei dos Consórcios que está tramitando na ALESC bem como a Portaria 2905 de julho de 2022 do Ministério da Saúde de regulamentação do consórcios públicos de saúde a nível de país. Posteriormente passou-se a palavra ao delegado Albert, Coordenador do SARA SAER para uma breve prestação de contas com relação ao convenio 2022 e a parceria firmada com os municípios via consorcio e solicitou que a forma de repasse seja modificada a fim de facilitar a execução financeira do mesmo sugerindo que o repasse seja feito em até quatro parcelas, o presidente colocou em votação e a continuidade e a mudança nas quantidades de mensalidade e foi aprovada por todos os presentes. O presidente Mauro fala com relação a questão do projeto da sede própria que o mesmo já esta concluído e aprovado pela vigilância sanitária passando pelos ultimo detalhes dos projetos hidráulicos de incêndio entre outros e falou da viagem feita para Brasília em companhia do assessor jurídico do CISAMOSC para pedir ajuda dos parlamentares federais para o investimento na obra em 2023 e que inclusive tiveram a oportunidade de fazer uma fala durante reunião no fórum parlamentar catarinense mas que o foco agora esta na cirurgias eletivas mas pediu a todos que assim que possível no mês de janeiro deveremos fazer uma nova reunião para discutir de que forma vamos viabilizar a construção que deverá começar ainda no decorrer de 2023. Sobre a questão do recurso de trinta milhões de emenda de bancada para apoio aos municípios via Consorcio Caleffi coloca que durante o ano todos os consórcios estiveram empenhados em trazer para as regiões o valor referente a cada consorcio porem há um desentendimento por parte da Secretaria de Saúde do Estado de SC sobre a efetiva importância e necessidade dos serviços comprados pelos Consórcios de saúde para os municípios e que provavelmente este recurso não venha ainda este ano. O prefeito de Pinhalzinho Mauro Afonso pede a palavra e coloca que o projeto da Policlínica é certo e que deve ser executado porem ressalta a necessidade de talvez a diretoria ver a possibilidade de outro terreno tendo em vista a logística de deslocamento pela localização do terreno e a falta de espaço para estacionamentos e o prefeito Nevio do município de Paial



coloca que o projeto deve ser executado o quanto antes tendo em vista o atendimento das demandas dos municípios e o bem estar dos munícipes independente de localização de terreno e que deve ser efetivado imediatamente o projeto. Com relação a eleição da nova diretoria a chapa registrada, eleita por aclamação e empossada para o período de 01 de janeiro de 2023 a 31 dezembro de 2023 do CIS-AMOSC ficou assim constituída: Presidente: Mauro Francisco Risso, Prefeito de Jardinópolis, CPF: 729.799.849-49, 1º Vice-Presidente: Marcio Luiz Bigolin Grosbelli, Prefeito de São Domingos, CPF nº 868.760.829-20, 2º Vice-Presidente: Silvano De Pariz, Prefeito de Quilombo, CPF nº 579.998.729-20, 1º Secretário: Alceu Alberto Wrubel, Prefeito de Ponte Serrada, CPF nº 469.966.309-59, 2º Secretário: Neiva Kleemann Toniello, Prefeita de Presidente Castello Branco, CPF nº 533.236.029-00 Conselho Fiscal - Efetivos: Julcimar Antônio Lorenzetti, Prefeito de Santiago do Sul, CPF nº 950.918.909-04, Rafael Marin, Prefeito de Serra Alta, CPF nº 006.201.999-62, Cleomor Antonio Battisti, Prefeito de Ita, CPF nº 521.876.169-91, Rogerio Acacio Mascarello, Secretário de Saúde de Novo Horizonte, CPF nº 595.885.279-53 e Alan Felipe, Secretário de Saúde de Vargeao, CPF nº 024.533.379-71 Conselho Fiscal - Suplentes: Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabuta, CPF nº 492.348.549-34 , Maurilio Ostroski, Prefeito de Sul Brasil, CPF nº 017.517.149-18, Luiz Jose Daga, Prefeito de Aguas Frias, CPF nº 625.899.119-04, Ivanor Sfredo, Secretário de Saúde de Caxambu do Sul, CPF nº 526.293.689-04 e Alacir Durante, Secretário de Saúde de Santiago do Sul, CPF nº 054.815.889-43, Ato contínuo foi nomeada para o cargo de Secretaria Executiva Geísa Müller de Oliveira, CPF nº 981.666.890-49, para praticar atos administrativos e a movimentação financeira do CIS-AMOSC e como nada mais havia a tratar o Presidente encerrou a Assembleia e solicitou o registro dos assuntos na presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente e pela Diretora Executiva. Chapecó, SC, 9 de dezembro de 2022.



ATA Nº 85/2023

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, no auditório do Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária, os prefeitos do CIS-AMOSC, CNPJ 01.336.261/0001-40, com endereço na Servidão Anjo da Guarda, 295 D, Bairro Efapi, Chapecó - SC, com registro de presença em lista anexa. Mauro Francisco Risso, prefeito de Jardinópolis e Presidente do CISAMOSC abriu a reunião agradecendo a presença de todos e seguindo a pauta do edital nº 01/2023 passou a palavra para Geísa Muller de Oliveira, Secretária Executiva do CIS-AMOSC que fez a leitura do resumo da Ata 84/2022 para aprovação dos prefeitos presentes na assembleia. Na sequência, falou sobre o resumo das atividades desenvolvidas em 2022. Com relação a utilização de serviços médico pelos municípios em 2022 foram investidos pelos municípios R\$ 39.500.491,24 sendo que o orçamento previsto para 2022 era no valor de R\$ 30.353.000,00. Resumo dos procedimentos 2022, Profissionais credenciados: 290, Especialidades credenciadas: 27, Exames credenciados: 30, Exames de análises clínicas 435.849, Consultas, Exames e Procedimentos: 432.098, Cirurgias Eletivas: 14.900 e OPM's: 7.832, sendo uma media diária de 2.143 procedimentos, média mensal de 64.143 e o total ano de 769.236 atendimentos. Com relação aos municípios que mais encaminharam pacientes são os cinco primeiros: Coronel Freitas, São Carlos, Xanxerê, Faxinal dos Guedes e Caxambu do Sul. Com relação aos medicamentos o valor empenhado para a compra dos mesmos em 2022 foi de R\$ 22.058.239,00 sendo o executado R\$ 12.238.638,07, dentre os cinco municípios que mais investiram em medicamentos em 2022 são eles: Abelardo Luz, Marema, São Carlos, Nova Erechim e Ponte Serrada. No que diz respeito aos testes rápidos foram adquiridos 54.260 unidades sendo 43.860 de testes Covid, 4.040 testes Covid/ Influenza e 6.360 de testes de dengue num total investido de R\$ 540.206,50. Posteriormente o assessor jurídico Dhonatan Pommerening falou com relação as licitações e as economias realizadas via consorcio para os municípios com relação aos testes rápidos foram 86,82% com relação aos testes COVID, 52% com relação ao COVID/ Influenza e o de dengue 56%, medicamentos da farmácia básica 34,71%, Sistema em formato web de gestão em saúde pública 5,85%. No que tange a conta EPS SUS referente aos recursos da Educação Permanente em saúde foi colocado que ainda há recurso referente a CIR Oeste e o restante o valor de R\$ 95.974,79 foi devolvido aos municípios participantes tendo em vista a prestação de contas destes valores ao Ministério da Saúde. Referente ao SARA/ SAER não foi prestado contas ainda para o consorcio por meio do Fundo Estadual da Policia Civil por este motivo os valores em conta ainda não foram rateados e devolvidos aos municípios. Geísa coloca ainda que todas as informações referentes a esta prestação de contas bem como os relatórios anuais e relatórios de atividades encontra-se disponíveis no site do Consorcio para que toda e qualquer pessoa possa acompanhar as informações repassadas em assembleia para a aprovação dos prefeitos. A contadora, Deise Gusato repassou as informações referente aos balanços 2022 falando sobre os estoques e seus custos adicionais são demonstrados com base no valor de aquisição de cada item. O ativo imobilizado e o intangível, incluindo seus gastos complementares, são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição, produção ou construção. Após o início de utilização dos mesmos, são adotados



os procedimentos de mensuração para cada classe: a depreciação para os itens do ativo imobilizado e a amortização para os itens do ativo intangível que possuem vida útil definida. Sobre a depreciação e a amortização dos bens constantes do ativo não circulante, utilizam o método das cotas constantes, calculado de acordo com a vida útil econômica e valor residual estabelecidos pelo constante no capítulo 020000 - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, por meio da Seção 020300 – Macrofunções, assunto 020330 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações. Apuração do Resultado os resultados orçamentário e patrimonial apresentados foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as despesas orçamentárias reconhecidas pela emissão do empenho dentro do exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com o seu fato gerador, conforme determina o princípio da competência. Quando o Consórcio contrata pessoa jurídica não tributada pelo Simples Nacional para prestação de serviços, efetua a retenção de Imposto de Renda na alíquota de 1,5%, conforme regulamentado pelo Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018. Conforme disposto no Contrato de Consórcio Público, inciso IX, artigo 29, em sua sexta alteração, o valor do imposto de renda retido nas prestações de serviço permanecem para o Consórcio, decisão esta aprovada em Assembleia. O valor do imposto de renda que vinha sendo retido estava sendo considerada apenas em contas de controle até o ano de 2021, visto que sua utilização não estava regulamentado. A partir de 2022, com a regulamentação, o valor retido foi arrecadado totalmente, ou seja, saiu das contas de controle no passivo financeiro (nível contábil 2.1.8.8 – valores restituíveis) e passou a integrar a receita arrecadada. O valor total de Imposto de Renda até 2022 e que está disponível no Consórcio é de R\$ 2.563.670,56, distribuídos entre o recolhimento de pessoas jurídicas e a retenção dos servidores. Após esse ajuste na arrecadação de anos anteriores, a partir do mês de agosto de 2022, os valores de imposto de renda retidos foram lançados mensalmente, conforme a sua execução. A Lei nº 4.320/1964 prevê a elaboração do Balanço Orçamentário e dispõe que ele demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Além disso, demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. A receita realizada no ano corrente de 2022 totalizou um valor de R\$ 54.866.561,92, sendo subdividida entre Impostos, Taxas e Contribuição de Melhorias, Receita Patrimonial, Receita de Serviços, Transferências Correntes e Outras Despesas Correntes. O valor de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhorias se refere ao valor de Imposto de Renda; a Receita Patrimonial ao rendimento de aplicação financeira de todas as contas bancárias do Consórcio; Receita de Serviços ao valor arrecadado quando da realização do Concurso Público nº 01/2022, referente às inscrições dos candidatos; e Outras Receitas Correntes se refere ao valor arrecado com multas aplicadas aos fornecedores, quando do não cumprimento de cláusulas contratuais, como também do recebimento de valor de restituição do convênio



SARA/SAER pela não execução do Programa de Trabalho. O valor mais expressivo se refere às Transferências Correntes, que é o valor que os municípios pagam ao Consórcio pelos serviços contratados, abrangido neste o valor da taxa de manutenção, de serviços, de medicamentos, do convênio com o SARA/SAER e compras de materiais, como testes de dengue, Covid-19, etc. As despesas orçamentárias no ano de 2022 totalizaram R\$ 54.866.561,92. Desse total, R\$ 1.294.401,14 se refere a Pessoal e Encargos Sociais, que compreende despesa com vencimentos e obrigações patronais; R\$ 243.481,87 se refere a investimentos, despesa na qual foi empenhado o valor do projeto de construção da sede própria do Consórcio; e sua faixa mais expressiva, de R\$ 52.351.966,39, se refere a Outras Despesas Correntes, a qual abrange todas as despesas com a manutenção do Consórcio, como serviços, materiais, adiantamentos de viagens, entre outros, e a totalidade do valor devido aos prestadores de serviço que realizam procedimentos aos municípios consorciados. Sendo assim, houve um Superávit Orçamentário no valor de R\$ 976.712,52, que é a diferença positiva entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas. O superávit é apresentado junto às despesas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário. Com relação aos restos a pagar não processados de 31 de dezembro de 2021 e de anos anteriores, havia o valor de R\$ 669.768,94 inscrito, sendo que R\$ 558.882,55 foram liquidados e pagos e R\$ 110.886,29 foram cancelados. Houve o cancelamento pois os valores que estão empenhados não iriam ser realizados, visto que se tratavam em sua grande maioria de pedidos de medicamentos que não foram entregues e que não foram anulados em seu tempo mais oportuno. No que diz respeito aos restos a pagar processados, o valor correspondente do exercício anterior, que é de R\$ 1.326.938,91, foi totalmente pago. Já o saldo remanescente se refere a uma pendência de anos anteriores e que não houve solução até o presente momento, permanecendo o saldo de R\$ 2.864,00. O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. Os Ingressos referente à Receita Orçamentária correspondem aos valores transferidos pelos municípios consorciados durante o exercício. Os Dispêndios referente à Despesa Orçamentária demonstra a saída de recursos para a devida execução orçamentária, ou seja, para a execução das despesas durante o exercício. Os Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários) se equilibram por meio da inclusão do Saldo em Espécie do Exercício Anterior na coluna dos Ingressos e do Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte na coluna dos Dispêndios. Nos Ingressos do Balanço Financeiro fica evidenciado o valor inscrito de Restos a Pagar Processados e Não Processados. O primeiro se refere às despesas que já foram liquidadas mas ainda não foram pagas, e o segundo se refere a valores em que há empenho das despesas, porém ainda não ocorreu a fase da liquidação. Quanto aos processados, grande parte do valor se refere à aquisição de medicamentos que são adquiridos pelos municípios, e que são pagos até o último dia útil após o aceite definitivo do produto. Já os não processados, em sua grande maioria, se refere à prestação de serviços executados pelos credenciados e solicitados pelos municípios, onde após a conferência da produção é feita a liquidação dos documentos fiscais. O total de Restos à Pagar inscritos é de R\$ 3.941.383,84.



Ressalta-se que além desse saldo, há R\$ 2.864,00 de restos processados do ano de 2020. O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público. A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem. O ativo circulante faz referência aos bens e direitos que podem ser convertidos em dinheiro em curto prazo. O valor total disponível em caixa no fim do exercício de 2022 é de R\$ 5.846.497,87, saldo este que permanece em aplicação financeira durante todo o período. A composição da conta bancária 49.085-7 absorve o Imposto de Renda retido, as multas aplicadas às empresas, valores recebidos de receitas diversas, valores recebidos dos municípios quando do pagamento de seus débitos, como também da aplicação financeira automática, que no ano de 2022 totalizou R\$ 456.316,84. Com relação ao programa de Educação Permanente em Saúde, foram realizados cursos aos municípios participantes, além da ocorrência de devolução de valores. Com relação ao Convênio SARA/SAER, o valor em conta se refere ao saldo que não fora solicitado pelo conveniado, além da aplicação financeira da conta bancária que foi de R\$ 13.106,60. Reitera-se que valores são repassados ao mesmo somente quando solicitado e em conformidade com o Plano de Trabalho, e após a devida prestação de contas, caso não utilizado, o valor é devolvido para os municípios da proporção da sua cota de participação. Na conta bancária 107.350-8 permanece apenas valores de rendimento, visto que a mesma é utilizada para controlar adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas (suprimento de fundos). E a conta bancária 108.691-x é composta por valores recebidos de multas aplicadas às empresas por não execução de cláusulas contratuais, valores em trânsito depositados pelos municípios que serão utilizados para pagamento de fornecedores, como também valor de aplicação financeira, que foi de R\$ 58.167,89. Os valores de aplicação financeira de todas as contas ficam depositados até sua devida regulamentação. O valor compreendido em créditos a curto se refere a valores oriundos de transações realizadas e que ainda não foram efetivamente pagas, e que espera-se que sejam recebidas em um curto espaço de tempo. Neste valor estão compreendidos os débitos dos municípios com o Consórcio, referente aos serviços contratados na competência de dezembro de 2022, totalizando R\$ 3.299.467,02, além de um valor de 1.073,25 de créditos a receber por reembolso de salário maternidade pago. Os valores devidos pelos municípios estão subdivididos nas ações orçamentárias. O passivo circulante compreende as obrigações que normalmente são pagas dentro de um ano. As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo com atributo permanente compreende os valores de férias a pagar, e as obrigações com atributo financeiro compreende os valores de INSS e FGTS a pagar. As Obrigações Fiscais a Curto Prazo se refere ao valor de PASEP, e as Demais Obrigações a Curto Prazo às consignações de INSS efetuadas durante a execução orçamentária. Já o valor mais expressivo é o de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, que compreende os restos a pagar processados. Conforme preceitua a Lei 4.320/64, entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as



operações de crédito a eles vinculadas. Sendo assim, conforme evidenciado no Balanço Patrimonial, no exercício de 2022 há um Superávit Financeiro no valor de R\$ 1.890.447,10. O termo dívida fluante se refere ao compromisso exigível cujo pagamento independa de autorização orçamentária, e que o prazo de vencimento seja inferior a 12 meses. É composto, portanto, do valor total do Passivo Circulante, que compreende Pessoal e Fornecedores a pagar. Prefeito Mauro coloca em análise e parecer do Conselho Fiscal o qual é aprovado pelos conselheiros presentes e posteriormente coloca em homologação da assembleia que também aprova e prestação de contas 2022. Presidente Mauro fala ainda com relação a construção da sede que os projetos estão sendo finalizados e que durante a Marcha de Prefeitos a Brasília em março o CIS irá novamente atrás de recursos para o início de construção da mesma e lança a ideia de tratarmos novamente com o fórum parlamentar catarinense sobre as possibilidades de repasse e os prefeitos presentes sugerem trazer uma reunião do fórum para Chapeco. Geísa informa aos prefeitos que será reajustado os valores de alguns procedimentos na tabela CISAMOSC tendo em vista algumas discussões já feitas com a comissão de secretários de saúde do Consorcio. Este reajuste não será aplicado em todos os procedimentos somente em alguns conforme estudos da comissão sobre esta necessidade e todos concordaram que é necessário estes reajustes para mantermos os credenciamentos nas varias especialidades que hoje atendem os municípios via consorcio. Fala ainda de quantos atendimentos estão sendo realizados no Centro de Referência em Especialidades Medicas CREMER CISAMOSC e que precisamos nos organizar enquanto tríade consorcio, municípios e prestadores de serviços para que este serviço venha a acrescentar nas necessidades de demandas e nos encaminhamentos realizados pelos municípios enfim reforçou a importância da união de todos para os resultados positivos a exemplo do consorcio CISAMOSC e como nada mais havia a tratar o Presidente encerrou a Assembleia e solicitou o registro dos assuntos na presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente e pela Secretaria Executiva. Chapecó, SC, 17 de fevereiro de 2023.



ATA Nº 086/2023

Aos quatorze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, às treze horas e quinze minutos, no auditório do Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária, os prefeitos do CIS-AMOSC, CNPJ 01.336.261/0001-40, com endereço na Servidão Anjo da Guarda, 295 D, Bairro Efapi, Chapecó - SC, com registro de presença em lista anexa. Mauro Francisco Risso, prefeito de Jardinópolis e Presidente do Consorcio de Saúde abriu a reunião agradecendo a presença de todos e seguindo a pauta do edital nº 02/2023 passou a palavra para Geísa Muller de Oliveira, Secretária Executiva do consorcio que fez a leitura do resumo da Ata 085/2023 que foi aprovada pelos prefeitos presentes. Na sequencia Geísa fez um resgate histórico do Consorcio desde sua criação há vinte e sete anos atras até os dias atuais com a apresentação do Projeto do Centro de Referência em Especialidades Medicas Regional CREMER até a experiência atual onde o Consorcio encontra-se alocado dentro da Universidade Comunitária de Chapeco UNOCHAPECO mostrando os benefícios de ter o serviço próprio através dos atendimentos médicos em especialidades dentro do ambulatório do consorcio onde nos primeiros cinco meses do ano corrente tivemos o numero de mil quatrocentas e noventa e duas consultas e quatrocentos e oitenta e quatro exames em doze especialidades medicas números que demostram que esta construção para prestação de atendimento ambulatorial em várias especialidades, com devida implantação de consultórios, bem como a construção de um amplo almoxarifado para armazenamento de medicamentos e matérias ambulatoriais, área administrativa, auditório, estacionamento privativo entre outros itens para atendimento das demandas municipais e em especial aos pacientes encaminhados pelas Unidades Básicas de Saúde dos Entes consorciados são essenciais bem como destacou que o município de Chapecó formalizou, por lei municipal, a cessão de imóvel urbano localizado nas proximidades do Hospital Regional do Oeste para a Construção do CREMER CISAMOSC. Colocou ainda que desde o ano de dois mil e vinte e um quando surgiu a ideia e aprovação do andamento do projeto por vezes a diretoria do consorcio esteve em conversa com parlamentares estaduais e federais em busca de recursos para a construção do mesmo porem até o momento não obtiveram êxito com relação a esta pauta. O presidente Mauro destacou mais uma vez esta questão e que devemos tomar algumas medidas com relação a este assunto visto que o projeto esta pronto e temos o terreno cedido pelo município de Chapeco, portanto devemos discutir uma forma de



ratear o valor da obra que hoje encontra-se em dez milhões de reais para execução deste projeto também colocou que esteve reunido com a Universidade no intuito de manter o consorcio alocado na mesma mas que não há uma forma legal de esta estar doando ou cedendo um espaço para a construção e que as propostas vieram em forma de concessão ou que não foi muito bem avaliado pela diretoria tendo em vista que concessão é por tempo determinado e que passados os anos o Consorcio voltaria à estaca zero com relação ao espaço próprio. O assessor jurídico Dhonatan Pommerening apresentou uma nova tabela de contribuição com novas faixas de manutenção para aprovação para o ano de dois mil e vinte e quatro e com esta nova tabela um estudo de rateio de valores com o valor da obra e dividido em algumas vezes para que cada município visualize o investimento a ser realizado por cada um. A tabela foi aprovada para a manutenção do ano seguinte, mas alguns prefeitos fizeram consideração com relação ao rateio do valor para a construção como trabalhar mais opções de faixas populacionais, bem como trabalhar por população ou per capita. Alguns prefeitos presentes questionaram com relação ao terreno cedido pelo município de Chapeco se há a possibilidade de doação bem como se o município por ter feito a cedência entrará no rateio do custeio da obra. O secretário municipal de saúde de Chapeco, Jader Danieli, na ocasião representando o município coloca que não há impedimentos com relação a este participar do rateio tendo em vista a obra estar alocada no município bem como o mesmo fazer uso dos serviços que lá serão disponibilizados e com relação a doação do terreno o prefeito Joao Rodrigues, em participação online, se manifestou e ressaltou que se houver meios jurídicos legais de doação o município de Chapeco poderá estar doando o terreno ao Consorcio futuramente. O prefeito de Pinhalzinho Mario Afonso Woitexen se posicionou com relação a localização do terreno e a falta de estacionamentos para os municípios quando da necessidade de reuniões como as assembleias visto que o projeto prevê dezessete vagas no subsolo e em torno de doze vagas nos recuos das calçadas em torno. A secretaria de administração de Ita, Joice Zotti, ressaltou que não há como contentar todos os cinquenta e três municípios que fazem parte do consorcio com relação a localização e aos valores, mas que esta discussão se faz necessária e que devemos chegar a um consenso visto a importância que terá a obra principalmente para os pacientes dos municípios. Como encaminhamento ficou a afirmação de que a obra será consolidada porem a diretoria do consorcio fará novas tabelas de rateio levando em consideração outros fatores e rerepresentará a assembleia em dez dias para a tomada de decisão com relação a este tema. Logo em seguida o presidente



levantou com os demais prefeitos com relação a revisão geral anual dos funcionários disse que foi feito um levantamento dos percentuais aplicados pelos municípios e que estes valores ficaram na média de 6,5% de reajuste colocou e discussão e este índice foi aprovado por todos os prefeitos. O assessor jurídico colocou que estará encaminhando nos próximos dias uma minuta de algumas mudanças necessárias que serão feitas no Contrato do Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina como a questão da nomenclatura que será mudada tendo em vista o ingresso do Estado de Santa Catarina como ente consorciado tornando o consorcio Interfederativo, mudança de endereço e no quadro de funcionários conforme conversas com o Ministério Público de Santa Catarina e que este devera estar sendo enviado a todas as câmaras de vereadores de todos os municípios no prazo que será estabelecido. O presidente Mauro levanta sobre o expediente recebido pelo Consorcio do município de Peritiba solicitando o reingresso ao Consorcio e todos concordaram. Também coloca sobre a algumas discussões na comissão de secretários de saúde do CIS que estão trabalhando no credenciamento das cirurgias de alta complexidade via Consorcio tendo em vista que vários municípios estão comprando o serviço por nota de empenho ou por credenciamentos próprios e que cada um esta pagando valores diferentes muitas vezes para o mesmo prestador de serviço bem como estão discutindo uma pacote das cirurgias de urologia que é outra demanda que os municípios não estão tendo acesso. Geisa comentou que o consorcio está trabalhando também no credenciamento da clinica escola de odontologia da universidade e que nos próximos dias este serviço estará disponível a todos os municípios e como nada mais havia a tratar o Presidente encerrou a Assembleia e solicitou o registro dos assuntos na presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente e pela Secretaria Executiva. Chapecó, SC, 14 de junho de 2023.



ATA Nº 087/2023

Aos onze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, às quatorze horas, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária, os prefeitos do CIS-AMOSC, CNPJ 01.336.261/0001-40, com endereço na Servidão Anjo da Guarda, 295 D, Bairro Efapi, Chapecó - SC, com registro de presença em gravação e no chat desta reunião realizada remotamente, por intermédio do uso de ferramenta tecnológica de reunião virtual cujo endereço eletrônico <https://meet.google.com/xuv-frfw-thb>. Mauro Francisco Risso, prefeito de Jardinópolis e Presidente do Consorcio de Saúde abriu a reunião agradecendo a presença de todos e enaltecendo a importância da mesma para poder dar andamento as discussões do tão esperado “sonho” “para quem está há mais tempo na saúde, a gente poder saber que o nosso consórcio pode ter a sua estrutura, ter o seu Centro de Referência, a sua localidade, o seu espaço, e a gente poder trabalhar de forma muito mais sólida e efetiva em todos esses serviços nesses vazios assistenciais que nós temos na saúde da nossa região. E eu falo com experiência de mais de 10 anos, eu falo para vocês que a gente já teve muitos avanços, mas tivemos muitos retrocessos também. Em vários momentos, a gente tinha conseguido organizar várias linhas de ações para vencer esses vazios, falando em linhas SUS através de serviços hospitalares, ou através do nosso colegiado regional, a nossa CIR, e aí a pouco vem a pandemia e volta tudo atrás. O consórcio nos dá uma certeza, nos deixa sólidos diante do trabalho. É a ferramenta que a gente utiliza quando a gente não tem aonde recorrer. É a ferramenta que nos proporciona agilidade e também dá acesso a vários serviços quando a gente não consegue acessar através de outros meios. Eu só quero falar isso para ressaltar um pouco da importância do consórcio CISAMOSC e do avanço que nós estaremos fazendo hoje chegando a um consenso e poder dar andamento nesse nosso projeto que está aí. A gente, quanto presidente e diretoria, os demais colegas membros da diretoria que estão aí, é a nossa obrigação fazer avanços nesse processo, mas a decisão, ela é coletiva, é da maioria dos prefeitos, então a gente aqui vai respeitar, sim, a opinião da maioria. Mesmo sabendo que é impossível a gente agradar a todos ou a gente chegar num consenso absoluto de ideias e dizer que todo mundo conseguiu expressar a sua opinião ou fazer com que valesse a sua opinião. Expressar a sua opinião todo mundo vai poder expressar, mas fazer valer a sua opinião. Então, a gente tem que procurar hoje ter um pouquinho mais de bom senso e tentar entrar naquilo que é coletivo e pensar no projeto como uma ação maior então, se a gente ceder um pouquinho cada lado na questão das opiniões, eu acredito que a gente consiga, assim, formular uma opinião única e que seja viável para todos” e seguindo a pauta do edital nº 03/2023 passou a palavra para Geísa Muller de Oliveira, Secretária Executiva do Consorcio que fez a leitura do resumo da Ata 086/2023 que foi colocada em apreciação e aprovada pelos prefeitos presentes. O presidente Mauro destacou mais uma vez que devemos tomar a decisão com relação ao rateio do valor da construção do



Centro de Referência em Especialidades Médicas Regional CREMER visto temos o terreno cedido pelo município de Chapeco com a possibilidade de doação futura reforçada pelo prefeito municipal de Chapeco, Joao Rodrigues na Assembleia anterior a esta, que o projeto está pronto e que a construção foi aprovada na última assembleia, devemos então discutir e debater a forma de ratear o valor da obra para execução deste projeto. Geísa colocou sobre as seis planilhas que foram feitas com opções de rateio, depois de solicitada mais opções durante a Assembleia anterior a esta então foram feitas uma baseada na população oficial de cada município segundo novo censo IBGE, uma per capita, uma pela media de utilização dos últimos três anos, uma pela faixa populacional utilizada para rateio da taxa de manutenção, e por fim uma levando em consideração três fatores (40% igualitário, 40% por média de utilização e 20% por população). Em reunião com a diretoria definiu-se em ficar somente com as últimas três opções tendo em vista que a por população ou per capita em torne de 40 a 50% do valor total da obra recairia para o município maior que é Chapeco e pela média de utilização por não ser uma constante entre os municípios e por termos alguns municípios que ingressaram a pouco no Consorcio, então as demais planilhas foram encaminhadas antecipadamente aos prefeitos para análise e discussão nesta assembleia de hoje. Aberta a discussão entre os prefeitos o vice prefeito de Chapeco Itamar Agnoletto solicitou a palavra e colocou que o prefeito Joao Rodrigues não pode estar participando mas solicitou o registro de que ele é contrario a construção do Centro tendo em vista o valor elevado do projeto e que os municípios deveriam estar investido este montante em ações de saúde e compra de equipamentos o que surpreendeu os prefeitos presentes tendo em vista que esta questão não estava em pauta e que como já colocado pelo presidente a discussão não é terreno, projeto ou construção visto que estes assuntos já foram discutidos e aprovados em assembleias anteriores que precisamos discutir as formas de rateio também expos que é muito importante a participação de Chapeco bem como a dos demais municípios maiores como Xanxerê porque são municípios que têm condições de “andar com as próprias pernas”. “São municípios que conseguem fazer seus contratos e contratar seus prestadores sozinhos e que conseguem ter na própria rede profissionais efetivos para diversas especialidades, mas não é a realidade da grande maioria dos municípios, igual a Jardinópolis, igual a tantos outros municípios do entorno, onde a gente consegue ter uma equipe só de estratégia da saúde da família, ou duas, ou três, em alguns casos, alguns municípios, o restante dos serviços a gente tem que ser sempre referenciado e aí, várias questões, entram várias especialidades, e que é a ferramenta que o consórcio nos apresenta. Então, com a experiência que a temos no decorrer do tempo, sendo membro de comissões dentro do consórcio, sendo secretário de saúde dentro do consórcio, a exata importância que tem, em nós termos esse nosso espaço. Entendemos sim a preocupação do prefeito João, eu achamos que o investimento em saúde precisa ser muito bem pensado,



muito bem planejado, mas posso afirmar que isso foi feito com todo zelo, com todo cuidado, numa discussão que ela vem se alongando, ainda outros prefeitos que me antecederam como presidente, e eu como vice assumi uma parte do mandato do prefeito anterior, do prefeito Rafael Caleffi, onde a discussão já estava bem avançada, inclusive na questão desses espaços de onde seria a construção dessa sede, desse espaço, do nosso Centro de Referência para atendimentos da região. Então consideramos que hoje nós teríamos que já ter avançado neste assunto visto que esta discussão já foi feita na Assembleia anterior e nós ter conseguido já deliberar de que sim, a gente iria se construir partiríamos para o espaço da discussão das planilhas. Só que a gente quer ter todos os municípios como parceiro principalmente como Chapecó, e cuidamos com todo zelo também para que Chapecó, como já nos cedeu o terreno, não tenha também uma participação assim tão grande e que seja difícil para o município do Chapecó. Entendemos que Chapecó vindo com ou não vindo faz uma diferença muito grande e a gente quer ter cada vez mais Chapecó, Xanxerê, esses municípios maiores como nossos parceiros dentro do consórcio por nos ajudar muito e fazer com que a gente consiga ter muito mais prestadores credenciados no nosso consórcio” coloca o Presidente Mauro. Em seguida o Prefeito Gilberto Lazarri, de Faxinal dos Guedes coloca que entende a situação do prefeito de Chapeco com relação a construção só que se pensarmos, daqui há dez ou quinze anos nós já investimos o valor do prédio da construção em aluguel e assim estaremos a vida inteira refém do aluguel dependendo de aluguel “nós tendo a sede própria, cada município vai bancar, fazer a parte dele aí, e não vai ser tão difícil assim e que com relação à forma de pagamento, o correto seria pelo número de habitantes só que nós vamos “sacrificar” Chapecó, e a gente sabe que tanto Chapecó como Xanxerê são importantes, acho que são os dois municípios mais importantes que temos hoje e fazem parte do consórcio. Então, há de se achar uma forma mais simples aí de que não seja tao pesada, talvez, pela faixa populacional, até para não sacrificar esses dois municípios que para nós também não vai onerar muito mais então esta é a posição de Faxinal dos Guedes e devemos tocar à frente, sim, avante a ideia da construção”. Prefeito Oscar Martarello de Xanxere se manifesta mais favorável a não construção e investir pela demanda reprimida, investir mais em equipamentos, em profissionais, enfim mas enfatiza o respeito e diz entender que é importante ter a discussão e, no final, a gente sair todos juntos, achando o caminho melhor “Xanxerê quer estar junto, sim, é bem importante, apesar de que somos bem menores que Chapecó, então acho que Chapecó é a grande população de todos nós, é o município maior, mas eu, na minha opinião pessoal, hoje eu seria mais para esperar a construção e investir mais em profissionais e equipamentos. Isso em virtude da demanda que nós temos mas é só uma opinião e eu vou ir com a grande maioria, se tiver que fazer algumas mudanças, vamos fazer algum ajuste, mas ressalto da importância desse consórcio e que esta situação vai trazer benefício para todos os municípios, com



certeza”. Volmir Felipe, prefeito de Vargeao coloca “se analisarmos aqui, como o prefeito Chapecó tinha dito que ia ceder o terreno para construção, agora vem dizendo aqui que não vai ceder, ficou meio assim nessa colocação. O vice prefeito, ele falou, comentou que não, Chapecó seria contra, mas está dando o terreno. Então, eu não entendo aí qual é a posição, mas Vargeão, é o seguinte, se for aqui dividido pelo número de habitantes, por população, até eu disse para o Alan, de nós, não vamos investir tanto na questão da obra. Mas visto que por faixa populacional, fica um valor praticamente considerável, aqui ficaria dentro pois Chapecó não teria tanto investimento é R\$ 331 mil, né? E os demais, aí, claro, vem conforme a faixa essa tabela aqui ficaria dentro de um patamar de investimento. Acredito que daria para nós investir, de minha parte, então, é a favor desta para nós precisamos, sim, de mais atendimento, precisamos de investimentos, só que se nós não tivermos as cidades maiores juntas, para nós vai ficar meio complicado dar seguimento no investimento. A obra é importante, sim, claro que também os atendimentos nós precisamos, mas a minha opinião seria essa. Vargeão, então é a favor, desde que, claro, tenha um consenso aí com todos nós juntos para conseguir dar conta de fazer esse investimento outra coisa que eu queria pedir, o governo do Estado não há possibilidade de entrar com uma contrapartida na construção? Chegaram a conversar com eles?” O prefeito Mauro relembra que por vezes se tentou recursos de emendas parlamentares tanto a nível estadual como federal sem sucesso desde a gestão anterior e que o Governo do Estado já sinalizou que não vai investir em obras. O Prefeito Rafael Marin de Serra Alta se manifesta “Eu até estou curioso, o prefeito Vomir até tocou na situação, que primeiro se fez a cedência do terreno, agora se diz que não há interesse conforme fala do vice prefeito Itamar e eu acho que tem mais prefeitos que acharam impossível essa construção, mas agora é um pouco tarde para se dizer que não Deveria ter sido dito isso antes, porque nós já gastamos um valor considerável com o nosso projeto. Eu nos digo porque é de todos nós. E quem viveu saúde na pele, que nem eu, Mauro, a Geísa, que eu já fui secretário lá atrás de saúde também, vê que o CIS-AMOSC é importantíssimo para nós dos pequenos municípios. Como o vice prefeito Itamar falou, a realidade dele, é diferente, sim é diferente, eles compram mais serviço fora do que usam do próprio Consorcio, mas para nós, enquanto municípios pequenos, é importante e nós precisamos tornar o consórcio cada vez mais forte para conseguir atender mais pessoas para isso precisamos da nossa sede, precisamos sair do aluguel, precisamos aumentar a quantidade de serviço e isso é urgente, não é para amanhã, para depois de amanhã, isso é para logo, nós temos que tomar atitude para conseguir sair daqui com uma resolução. Vejamos pela quantidade de pessoas hoje que estão participando da nossa reunião que não será possível, e acredito que nós deveríamos ter na discussão todos os prefeitos interessados, aqueles que são a favor, aqueles que são contra, pra nós chegar num bom senso e conseguir acertar essa obra que ela ande o quanto antes e pra nós que do município essa



questão de faixa de pessoas por pessoas é eu acho que é a melhor forma porque o prefeito Volmir colocou muito bem que seria trezentos e trinta e poucos mil para Chapecó, e nós seria cento e cinquenta e oito sabendo que eles passam de duzentos mil habitantes e nós temos três mil e trezentos habitantes então o FPM deles é outro, o ICM deles é outro, a arrecadação de ICMS, a nossa é bem menor. Então, é uma situação que a gente podia estar conversando, se acertando e chegar em um denominador comum, bom para todo mundo, que é a construção da nossa obra. Serra Alta é favorável da construção da obra e da maneira como foi feito o rateio aqui por faixa populacional”. Jaqueline Moro, secretária de saúde de Marema e coordenadora da CIR Xanxerê “Acredito que essa seria a melhor forma, pegar todos os fatores e fazer a divisão. Assim ninguém sai perdendo, tanto aqueles que já usaram bastante, aqueles que já usaram pouco, os municípios pequenos, igual ao meu, que é na maioria, somos todos pequenos. E levando em consideração o que Chapecó, o próprio prefeito de Serra Alta, falou, o FPM deles é maior, ok, porém Chapecó ficou até hoje com uma produção total de todo o CIS-AMOSC. Então isso é bem importante a gente falar, porque o MAC de Chapecó é bem mais alto, né, o MAC, o valor que vocês podem receber de MAC é muito maior do que os nossos municípios pequenos. Para vocês terem uma noção, o meu município pode ganhar no ano vinte e quatro mil de MAC, e Chapeco são, se não me engano, milhões. Então, assim, a gente tem que encontrar um determinador comum. Os municípios e os secretários municipais de saúde são favoráveis a nós fazer a construção da sede do CIS-AMOSC, até porque eu não sei, tem outros secretários que estão participando da reunião, mas eu, enquanto secretária, além de tudo, como é um município pequeno, eu cuido dos agendamentos também. E eu estou percebendo, e até eu mesma quis fazer alguns agendamentos no CIS-AMOSC, ali na clínica, para saber como funcionava. Porque eu penso sempre assim, eu gosto de fazer para saber como funciona, para depois eu poder discutir. Então, eu fiz mesmo esses agendamentos e a gente percebe que os pacientes não faltam, é muito menos falta lá no consórcio. O atendimento é diferente, lá é atendido só SUS, não tem os particulares no meio, que daí os prestadores, o que eles fazem? Eles atendem rápido, e os nossos no consultório e os do particular, eles ficam lá um bom tempo lá dentro e tal, como a gente sabe que acontece. Então, é muito melhor a gente ter o serviço junto, todos juntos, numa clínica, só do que está em consultórios particulares enfim, eu portando sendo porta de voz dos secretários municipais de saúde da região de Xanxerê, também é favorável à construção do nosso espaço no CISAMOSC”. Cassio secretario de saúde de Novo Horizonte “vou só reforçar pela questão de que nós estamos em sete municípios da região da AMNOROESTE e onde a gente é atendido no Paraná. E lá temos um consórcio, onde tem um prédio, construído, pelos municípios, enfim, pela região onde funciona muito bem e onde os nossos pacientes têm um melhor atendimento. E é isso que a gente quer no CISAMOSC é isso que a gente briga, para que o Sistema Único de Saúde, seja aí valorizado, e com isso que a



nossa região oeste vai ganhar muito, em construir uma sede própria, e como outras pessoas colocaram aí, o que nós queremos é que os nossos pacientes sejam bem atendidos e tenham o tempo necessário para que se resolva. E nada melhor a gente ter uma sede onde vai ser disponibilizado praticamente tudo como é no Consórcio do Paraná. Nesse Consórcio do Paraná levou aí eu acho que quase 20 anos para ser construídos e nós estamos brigando aqui há o que dez, onze anos né Geísa para que isso aconteça e eu acho que vai ser de suma importância e também aí representando o nosso prefeito a gente é a favor sim também e claro deixando aí para o Itamar enfim para o Jader para que eles sejam parceiros e nós precisamos do município de Chapecó para que isso seja conquistado porque daqui pouco nós vamos passar, mas esse prédio vai ficar aí para o resto das nossas vidas, que acho que é uma coisa importante e necessária para a nossa região. E o consórcio com isso vai se fortalecer, e é uma briga nossa também para que o nosso consórcio não só o nosso mas os nossos consórcios do Estado de Santa Catarina sejam reconhecidos porque se não fosse o Consórcio CIS-AMOSC eu não sei o que que seria dos município e ele tá andando tá melhorando com os nossos pacientes sendo bem atendidos. E a nossa sede do consórcio aí seja construída pela faixa populacional também, já que a maioria dos nossos municípios tem uma população menor, mas usam bastante. Nós usamos também, nós usamos o consórcio do Paraná também, mas a gente é a favorável”. Prefeita Neiva de Presidente Castello Branco “Eu também me coloco na posição de favorável, porque a gente também vem de um município pequeno e sabemos as dificuldades que tínhamos antes de ingressarmos nesses consórcio. Então, assim, eu acho que é uma ferramenta importante, sim. Ele dá mais segurança também para os nossos pacientes e também ele tem mais fluidez. Então a gente vê hoje que na unidade básica de saúde a gente não tem mais fila reprimida como se tinha antigamente. Então a gente sabe, talvez no momento se ache "ah, o valor é alto", mas é de importância, sim. Talvez nós, quanto municípios pequenos, talvez a gente veja de uma forma diferente que os municípios maiores, porque, como já foi dito aí, eles conseguem comprar as consultas e os exames, talvez eles não dependam tanto do consórcio como nós dependemos. Então, independente se for feito da forma de faixa populacional ou a forma que a secretária de saúde falou, para nós também seria da melhor forma, a soma dos fatores últimos três anos ali que foi feita essa outra tabela, mas independente de um resultado do outro, a gente está favorável também”. Jorge Comunello Prefeito de Formosa do Sul “É sempre uma alegria poder se encontrar e discutir essas ações. Mauro, na verdade eu sei do teu anseio aí, sabe? Mas conversando com os demais prefeitos, existe uma preocupação e entendo o João também nessa situação. Eu acho que o João não está se negando. Até porque existe uma lei, né, que foi feita essa doação, não é nem doação é uma cedência o que que o que que a gente discutiu Mauro e que eu gostaria de ver com vocês é a situação naquele projeto aonde existe lá uma ala que vai ser feito o estacionamento. Nesse projeto, assim,



a gente conversando com os demais prefeitos não sei se teria como diminuir isso Mauro, diminuir isso e se encontrar um terreno que seja próprio do CIS, entendeu? Porque fica uma coisa mais legal concordem em construir tem que ser feito nos acompanhamos aqui o Conims né? Na nossa região, onde a gente utiliza e concordem em construir também, Mauro. Mas sou sim um pouco pretencioso, um pouco cauteloso né? Quando a gente aplica os recursos. Então é essa situação que eu coloco e vejo a preocupação também dos outros prefeitos nesse sentido. E falam em nome, o João não se negou a cedência do terreno, ele acha que agora não seria necessária a construção, é só isso. Beleza, Mauro? Enquanto a divisão aí eu até vou estudar, mas eu acho que per capita seria melhor, né? Pra nós, né? Claro que nós pagaríamos bem menos, mas vamos fazer em faixas populacional aí que eu acho que é legal. Essa é a minha posição”. Presidente coloca que o posicionamento do João em nenhum momento a gente questionou a questão e eu também percebi que ele em nenhum momento falou de que o espaço não seria mais cedido e tal, mas ele apenas colocou a posição dele como bem colocou o vice prefeito e é a posição pessoal dele, que é o direito de cada um de nós termos o nosso posicionamento com relação a qualquer uma das situações mas a gente tem a nossa realidade, como um todo, como região e até talvez se a gente pudesse conversar pessoalmente também como o João e colocar essa nossa ansiedade que ela não é minha pessoal, ela é um pouco minha porque eu sou um apaixonado pelo SUS pelo tempo que a gente trabalhou como secretário e sabe o quanto as pessoas precisam e os prefeitos aqui sabem bem disso porque muitas coisas batem na porta de vocês e se não bate é porque tem um consórcio que ajuda a resolver muitas dessas ações aí. Então se a gente colocasse esse anseio que a gente tem quanto região e Chapecó se beneficia também pelo fato de ser polo, de ser centro, tendo esse espaço ali que nem alguém colocou ali vai ficar para vida toda, vai ser a vida toda que o povo de toda a região vai estar indo ter uma ferramenta a mais para estar indo para Chapecó. E isso movimenta o comércio, isso movimenta todo o entorno de Chapecó. Chapecó sai ganhando também com isso, a gente entende isso e sabe que o posicionamento do João é porque ele tem uma ânsia em querer ver as coisas acontecendo pela demanda que nós temos aí mas se nós não avançarmos também neste processo, daqui a pouco o valor que nós gastamos em aluguel vai ser o valor que nós estaríamos investindo ali para ter este espaço, e ainda a gente vai ficar refém. Para mexer nesse projeto hoje, Jorge, a questão do estacionamento ele foi uma discussão lá atrás em uma outra assembleia que até foi sugestão dos prefeitos, ele não estava no projeto, então a gente colocou em aprovação e lá eu estava naquele momento substituindo o Caleffi, o Caleffi ainda era o presidente na época, eu como vice estava substituindo ele, e alguém sugeriu que fosse incluído esse espaço um estacionamento colocamos em aprovação e foi gastado mais trinta e quatro mil reais para adequar este projeto e se nós pensarmos hoje em voltar atrás e começar a procurar um terreno, mais uma vez aqui, não estou querendo



jogar água fria de forma nenhuma, a gente tem que contextualizar para nós chegar em um denominador comum, se nós formos buscar um terreno, primeiro, com esse valor nós não compramos um terreno em Chapecó a menos que algum prefeito do entorno, que seja bem perto ali, queira nos doar um terreno e o grande grupo aceitar e nós construímos em cima de um terreno doado por algum outro município aí nós partimos para lá, se vocês vierem para Jardinópolis eu cedo o terreno aqui em Jardinópolis. A gente sabe que não vai conseguir prestador, mas Xanxerê pode estar cedendo. Prefeito Martarello de Xanxerê pede uso da palavra, e muda de posição, ouvindo todos os colegas “Eu sempre falei que sou favorável ao consórcio e a minha opinião era de aguardar um pouco apenas a construção, mas Xanxerê é parceiro e estamos com um grupo e, se todos decidirem de tocar a construção, nós somos favoráveis. Caso exista uma possibilidade, eu vejo que Xanxerê também, eu até não conheço o consórcio muito bem e o raio que ele ocupa, mas daqui a pouco se for o caso de construir o Xanxerê, a gente está de portas abertas, aí é possível sim estar cedendo terreno. Chapecó já tem bastante, mas eu sei que tem mais profissionais em Chapecó. Então, é muito importante, assim, agir da forma coletiva e não olhar apenas para o próprio umbigo. Então, somos parceiros aí e mudo meu voto para favorável com os demais prefeitos”. Prefeito Clodoaldo Briancini de Cordilheira Alta “Eu também sou favorável, eu sou presidente do CIDEMA fui presidente do consórcio CVC de Coronel Freitas, dois anos e eu sei a luta que foi para nós organizar o consórcio e passar esses dois anos de gestão já são dois anos no CIDEMA e a gente sabe o quanto que a gente tem vontade de fazer e dá para fazer. É só ter vontade e tirar o tempo também. Eu sinto muito, às vezes eu não participo muito, do CIS-AMOSC, mas vai a Sidônia Secretária de saúde, porque você não sabe o quanto que a gente tira o tempo lá no CIDEMA pra atender a questão lá daquele pessoal. É muito programa que tem ali dentro e eu tenho que escolher. Tem também o Iberê, enfim, mas eu sou favorável, eu gosto dessas ações. A única coisa que eu peço para vocês, assim, eu não participei pouco, é dessa participação que os municípios têm de quando que a gente vai começar a pagar? Nós estamos com os orçamentos um pouco apertados, eu já consultei o Flary aqui no celular e ele falou que tá bem tranquilo, que vocês imaginam que a gente começa a fazer esses pagamentos pra vocês? “Seria em 24 vezes, a partir do ano 2024. A partir do momento que a gente optou por construir que foi na última assembleia essa decisão dos prefeitos, a gente só precisa agora organizar a forma do rateio e aí repassar para os senhores quanto que ficaria para cada município para aprovar a questão orçamentária a partir do ano de 2024, então 2024 e 2025. “se vocês acharem interessante, eu sou parceiro e seria uma alegria muito grande poder, nós que somos os prefeitos dos menores municípios, poder estar à frente desses consórcios e poder fazer alguma coisa para a população. Eu acompanho bem a saúde do nosso município e eu vejo o quanto que a gente é bem atendido pelos CIS, e sou parceiro, para mim, o que vocês precisarem eu estou aqui para ajudar



e com certeza estamos juntos” continuou o prefeito de Cordilheira. Na sequência Delir Cassaro, prefeito de Coronel Freitas “eu concordo com a construção, isso é fato. Talvez Xanxerê, talvez Pinhalzinho, que estão se virando também polo na saúde, né? Vamos falar assim, quem sabe a gente consiga alguma coisa maior. Só assim, Coronel Freitas, nós temos que discutir um pouco melhor a questão do rateio porque se não for por população, ontem eu tive uns minutos conversando com o presidente Mauro, e eu também estava ali querendo fazer por número de habitantes, que eu acho que seria o ideal. O Mauro me colocou da dificuldade de Chapecó, Xanxerê, até Xaxim, se for analisar também, e Pinhalzinho, que são as cidades maiores do nosso consórcio, aparentemente. Então eu me coloco também nesse lugar ali também. Mas eu acho assim, se nós for ver essa proposta de igualitário, poucas diferenças de um município para o outro. Hoje, se tu for analisar, aí Coronel Freitas vai pagar um valor um pouquinho mais alto, porque utilizou um pouco mais. Mas quem vai dizer que o ano que vem, esse ano eu vou utilizar tudo? Pode ser que o município de quatro mil habitantes vai utilizar mais do que eu com dez mil habitantes. Então, eu não vejo que é por ali, eu acho que nós temos que fazer, sim. Se for para nós fazer, bancar e vamos atrás, vamos correr atrás. Por que não esse valor fica um valor pequeno expressivamente para todos? Ah se tu pegar um município número de habitantes, a diferença não é muita. Então facilita para todos, todo mundo vai ficar igualitário. A mesma coisa que você entrar num consórcio, você vai pagar a joia praticamente a mesma. Ninguém vai ver, pelo número de habitantes. Então eu acho que o rateio devia ser também igual a todos, porque hoje sim, o Coronel Freitas utiliza, a gente agradece muito o consorcio, porque a gente faz um uso expressivo até pelo número de habitantes que a gente tem, pela nossa renda, mas isso não impede que um outro município vá fazer, que nem eu falei anteriormente. Então, eu, na minha opinião, discutiria a questão da garagem, concordo com o Jorge, já tinha dito isso também, em off entre nós, concordo com Jorge, acho que é muito valor você aplicar 800, 900 mil para 17 vagas, é muito valor alto por isso, e que com certeza quando a gente vai lá principalmente não vão utilizar essas vagas, vão estar preenchidas todas. Então, eu acho que eu discordo da garagem nesse sentido, nesse projeto, pode ser que a gente faça um outro projeto que venha cair esse valor e concordo também no rateio igualitário e se for no outro rateio também tenho que dar uma pensada, porque vocês sabem muito bem, melhor que eu, eu estou passando dificuldades, receita vocês sabem que caíram e as probabilidades não são muito boas né, então a gente não quer, claro, a dívida é para o ano que vem, é para daqui 24 meses, mas a dívida tu vai deixar, então é uma herança que tu vai deixar para um próximo prefeito que vem aí. Mas da construção sou favorável sim mas discutir questão de valores. Retiro o que eu tinha falado que teria que ser por número de habitantes porque realmente fica pesado para cidades maiores, mas eu acho que valor igualitário fica de bom porte.” Julcimar Lorenzetti, prefeito de Santiago do Sul “Bastante debate, acho



que isso é interessante e importante. E se eu comparar aí por número de habitantes, nós somos, acho, um dos municípios que mais usam CIS-AMOSC. A gente tem um gasto sempre grande em saúde. Eu sei que eu não estava, é que assim, como a gente não participou talvez de outras reuniões, alguma coisa assim, a gente talvez não tem que muito que reclamar, enfim. Eu só vou colocar também, se das vezes der para deixar fora a questão da garagem, deixar o prédio só e deixar a garagem fora, eu acho que é um valor alto, tá? Mas talvez não seria difícil fazer isso, se todos concordarem, enfim, que é 800 mil para fazer a garagem, mas não mais tem que construir, se tá tudo bem certinho o contrato com Chapecó, a cedência do terreno, vê se tem lá uma cláusula que poderá ser prorrogada depois, pra mais 20 anos, né? Eu acho que nós temos que partir pra frente, eu também participo do consórcio CONIMS, de Pato Branco, e eu fui lá, a sede deles, eles têm lá, é muito grande, e eu vejo o quanto é importante ter ali aquele espaço onde tudo acontece ali dentro mesmo, na sede do consórcio, nós também temos o problema ali da Amosc também como presidente, a gente sabe que estamos debatendo há muito tempo, enfim, eu acho que vocês já estão bem adiantados, estão com o projeto e parabéns, né, aí para a equipe toda que se envolve nisso. E acho que faltam alguns detalhezinhos que vão ser superado e eu concordo com a forma da planilha que leva em consideração os três fatores. Eu concordo com essa planilha. No mais, estamos juntos”. Edemilson Canalle Prefeito de Seara “É, Kiko Canalle, eu acho que estou aqui com o Flávio Zollet, que é nosso secretário, não participei muito, mas eu quero colocar algumas coisas também, como o quinto município maior de população aqui da CIS-AMOSC, e eu acredito que isso aí é fundamental. Eu sou a favor da construção, já estou há alguns mandatos e só perco pro Névio aí, e a gente tem sofrido muito. A queda da arrecadação está acontecendo em todos os municípios, mas eu queria fazer um alerta que a questão da construção de garagem ou não, pessoal, tem uma questão. Eu sou da área de engenharia, sou engenheiro civil e a todo qualquer projeto tem um dimensionamento que deve ser analisado de acordo com a área construída. Porém, então a questão da garagem provavelmente ele tem colocado com relação à área construída e o índice de aproveitamento do solo. É uma questão que aí é técnica, mais técnica do que política e do que também financeira. Mas uma coisa que eu queria colocar para vocês, que eu acho que é importante, a questão da dívida lá, se tiver rateio, tendo a lei não tem problema. Mas agora todos os prefeitos que estão aqui nos ouvindo e os secretários que estão aqui de saúde que vão também passar isso para os prefeitos, nós estamos agora analisando o PPA, a LDO e depois vem a LOA ali em setembro, outubro. Tem que estar no PPA, tem que estar na LOA, tem que estar na LDO. Porque se não, lá na frente nós vamos sofrer uma sanção do Tribunal de Contas. Porque agora os nossos controles internos, claro, estão todos cuidando muito disso. E eu acho que é fundamental todos os prefeitos analisarem essa situação. Outra situação que eu acredito que há uma defasagem muito grande. A pandemia nos arreventou, veio a dengue,



nós temos aqui quase 4 milhões de recursos para investir e nós não temos capacidade de encaminhar todos. Por quê? Porque faltam profissionais. Se tiver um centro, nós vamos ajudar todos os municípios pequenos e os maiores também. E o João Rodrigues, se não quiser, eu concordo com o Clodoaldo, com o prefeito de Xanxerê, os caras podem vir para a Seara, está um pouquinho longe de São Lourenço mas o Caleffi que não tá aí, mas o Mauro tá aí. Eu tô brincando, eu acho que tem que ser num polo, Chapecó ganha muito com isso. Aqui em Seara também é um polo. O que tem de gente que vem de outros municípios, nas clínicas aqui, no hospital aqui, é uma loucura, movimenta todo o comércio, e eu queria ter um polo desse, um centro desse em Seara pra ver quanto movimento, então, nós somos a favor, né Flávio tá me ouvindo e tá dando risada, mas o detalhe é só cuidar a parte técnica mesmo, o restante eu acho que vale a pena porque Pato Branco funciona e aqui vai funcionar também” Presidente Mauro coloca “Então, a gente tem que avançar em alguns aspectos, nós temos que chegar no denominador, tipo hoje ou, de preferência hoje, nos dê uma luz aí, porque se não for hoje, tem que ser muito logo para nós poder termos tempo de fazer a parte legal. A gente percebe aqui que praticamente 100% de quem participou aí é favorável, salvo alguns questionamentos, e de algumas particularidades que a gente entende aí de cada um, que eu citei no início, mas todo mundo é favorável. Então, para poder viabilizar, nós agora precisamos alinhar isso aqui. Sergio Calegari Prefeito de Lacerdópolis “Com a sua permissão, cumprimentar os demais prefeitos e prefeitas que estão presentes na reunião e secretários de saúde para nós, de Lacerdópolis, a gente é muito feliz por estarmos aqui, entramos há poucos meses com vocês e a gente vê aí que as coisas estão andando. Nós estamos muito felizes com isso. E para os municípios pequenos não tem melhor situação do que a gente trabalhar com consórcio, porque município pequeno não consegue comprar serviços como um Chapecó, um município maior, então, nós somos favoráveis à construção. Estou aqui com a minha secretária de saúde e nós estávamos olhando pelo que eu vi a mais votada é a é a última tabela que tem os três fatores. Nós defendemos essa aqui, e eu acho que para os municípios que estão entrando essa é melhor, sem sombra de dúvidas” Geísa coloca para quem não acompanhou, essa questão da garagem fizemos o projeto sem garagem, porque tem alguns estacionamentos de recuo de todos os lados, em todas as três ruas que permeiam o terreno e quando o projeto foi apresentado surgiu como uma sugestão adicionar ao projeto um pavimento com estacionamento, levando em consideração que ali é próximo ao Hospital Regional, que na rua é meio difícil de se estacionar. Então solicitamos para o pessoal da engenharia para estarem adicionando mais um pavimento que o único lugar no terreno que a gente tem hoje que eles acharam foi no subsolo, embaixo da clínica. Então onerou o projeto em 800 mil reais e onerou o projeto em si, que a gente pagou mais 34 mil reais. A gente tinha um projeto de 145 mil e a gente teve que fazer um aditivo de mais 34 mil para estar adicionando essa



garagem. Porém, essa garagem não vai ser uma garagem enorme, porque o terreno é um terreno de mil metros quadrados. Então a gente vai ter 17 estacionamentos nessa garagem, que a princípio é para a parte administrativa, mas a gente não vai poder negar acesso se alguém chegar de carro, algum paciente. Então essa é a discussão, não vai atender aos 54 municípios o dia que tiver uma assembleia. Mas foi o que se conseguiu fazer dentro do projeto, dentro do terreno que a gente tem hoje, foi essa questão ali. Tirar para tornar barato sendo que já pagamos o projeto para adicionar e aí agora tirar, mexe novamente no projeto como um todo, e é 800 mil que agregou ao projeto, ao valor total. Prefeito Edemilson novamente se manifesta” Eu vou dizer para os prefeitos aí que tenho alguns anos de profissão, 38anos, não tirem a garagem. Custaria em torno de R\$ 14 mil cada município se fosse a ratear. Nós vamos depois pedir para ter garagem, espaço físico. Hoje qualquer mercado, qualquer atividade em qualquer lugar como aqui em Seara não se tem estacionamento quase em lugar nenhum. Prefeituras hoje se fizeram antigamente sem garagem. É importante a garagem pessoal, vocês vão ver depois vocês me contem no futuro, né, se nós tivermos ainda vivos mas edifício, qualquer habitação sem garagem hoje desvaloriza muito. Então eu acredito que é eu estou falando particular aqui, não estou nem com o prefeito. É muito importante se tivesse mais garagem deveria ter pelo menos a céu aberto ou com uma com todo alguma coisa porque isso é fundamental em qualquer lugar.” Novamente prefeito Mauro se manifesta “Então pessoal, acho que foi bastante discutido. Já agradeço a participação de todos vocês, extremamente importante. E estou feliz porque eu acho que foi uma reunião bastante produtiva. Vamos fazer esse encaminhamento então, gente, vamos colocar, em votação aqui, pessoal, qual das melhores planilhas é para a gente poder dar andamento. Então, eu já assim, penso, para mim, aquela da faixa populacional, porque ela é um pouco mais justa. Então, a gente buscou e para se equilibrar e considerando a questão de não onerar muitos municípios maiores, tendo em vista tudo que a gente já comentou, para não ser repetitivo, a igualitária não é também um bicho, prefeito Ade, mas assim com os pequenos municípios, mas onera sim um pouco mais pequenos municípios. Então, eu, o meu voto, e já saio votando é nessa da faixa populacional aí que eu acho que fica um pouquinho mais justo para todo mundo, mas vamos deixar o espaço para o pessoal opinar”. Rafael Marin “Só que assim pessoal, daí os que entraram depois vão sair na frente e nós que estamos a mais tempo mantendo o consórcio vamos ficar como daí? Eu acho que tem que ser pela faixa populacional. Porque daí o que nós vamos fazer? O último município que entrou no último dia lá na última assembleia vai pagar quanto daí? Nós temos que, daqui a um pouquinho, cada um abrir mão das coisas e fazer acontecer. Eu quero deixar claro aqui que nós precisamos que a coisa ande, aconteça. E outra coisa que eu quero deixar bem claro é que eu não sou contra as pessoas, que uma quer uma tabela, outra quer outra, e cada um vai puxar a brasa para o seu assado. Eu acho que nós temos que pensar num



conjunto agora, que são 54 municípios. E tentar resolver e acertar. Não sou contra também o João Rodrigues, que tem o pensamento que deve ser investir mais em equipamentos e profissionais, nem contra o Cena também, que não aceita, por causa do local onde vai ser feito. Mas é tudo questão de nós discutir. Eu acho que nós vamos ter que nos reunir pessoalmente para nós discutir isso pessoalmente, que ninguém falte dessa próxima reunião, e a gente discuta isso pessoalmente e chega num denominador comum que fique bom para todos os municípios”. Sem chegar a um consenso com relação a qual planilha utilizar. Geisa faz os encaminhamentos finais e solicita que daqui a sete dias seja marcada uma nova assembleia de forma presencial, com tempo hábil para cada município analisar a situação e nessa assembleia aqueles que participarem, a maioria vai decidir por todos. Prefeito Martarello “Também concordo aí que cada um vai um pouco desarmado e a gente possa ajudar aí o consórcio”. Presidente prefeito Mauro “vamos tornar leve, cada um cedendo um pouco vamos fazer algo bacana”. Ainda na sequência Dhonatan, assessor jurídico do Consorcio fala da mudança do Contrato do Consorcio e como foi falado na última assembleia a última alteração feita criando na época alguns cargos e empregos em comissão que foram de assessor administrativo, assessor de secretaria, diretor em auditoria, esses cargos em comissão. Então, partindo disso a promotoria da moralidade de Chapecó ela instaurou um procedimento administrativo identificando que os cargos de assessor administrativo como eles fazem a parte técnica, que eles fazem a conferência de guias não poderia ser emprego em comissão e sim de carácter técnico. Então, eles propuseram ali um Termo de Justiça de Conduta, com o Consórcio, para excluir esses cargos e criar cargos para concurso público. Então, a gente fez essa alteração, excluindo os cargos do assessor administrativo, do assessor de secretaria e diretor em auditoria, criando os cargos de analista em auditoria e médico auditor, em relação às questões mais técnicas relativa à saúde, para se atender a essa questão do TAC firmado com a promotoria. Outra situação que vem sendo discutida também é relativa ao Estado. O Estado de Santa Catarina está propondo uma legislação onde que abrange os consórcios. Então a gente tem hoje 14 consórcios de saúde no Estado e o Estado estaria propondo uma legislação onde que ele possa ser partícipe do consórcio, fazendo com que agilize as questões de repasse de recursos. Então hoje a gente formaliza convênios com o Estado para o repasse de recursos e ele sendo partícipe ele pode fazer através do contrato de rateio. Então a gente está tornando o consórcio de Intermunicipal para Interfederativo, onde ele possibilita a entrada da União e o Estado, como sendo partícipe do consórcio, e então facilitaria essa questão de transcrição de recursos e alguns ganhos a mais com o consórcio. Então os principais objetivos, pautas da alteração do contrato consórcio seriam esses, para atender a questão com o Ministério Público e atendendo também ao projeto de lei que está tramitando na ALESC bem como a mudança endereço. Prefeito Mauro agradece a todos a participação e reforça que esse tempo é



extremamente importante a gente gastar ele aí pra gente discutir este assunto de extrema importância e diz contar com a presença de todos na próxima assembleia daqui a sete dias de forma presencial solicitando que todos possam estar indo desarmados para podermos construir tudo isso junto e como nada mais havia a tratar o Presidente encerrou a Assembleia e solicitou o registro dos assuntos na presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente e pela Secretaria Executiva. Chapecó, SC, 11 de julho de 2023.



ATA Nº 088/2023

Aos dezoito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, às quatorze horas, no auditório do Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária, os prefeitos do CIS-AMOSC, CNPJ 01.336.261/0001-40, com endereço na Servidão Anjo da Guarda, 295 D, Bairro Efapi, Chapecó - SC, com registro de presença em lista anexa. O prefeito de Jardinópolis e presidente do Consorcio, Mauro Francisco Risso, dá as boas-vindas a todos e aproveita o momento para orientar os demais prefeitos que ou este grupo avança agora ou fica para um outro momento e quem está a mais tempo dentro da gestão aí bem sabe o quanto é difícil avançar numa proposta de dimensão que tem esta construção e a importância que isso tem. Então agradece a presença de todos, pela segunda, terceira vez, por todos estarem se dedicando pra conseguirmos fazer essa discussão e chegar a uma decisão, Coloca que alguns prefeitos talvez não participaram das outras assembleias, então se abre a palavra para que os prefeitos possam sanar dúvidas de como o processo todo transcorreu até agora alertando a todos mais uma vez que a discussão da assembleia de hoje ficou focada na forma de rateio visto que o terreno, o projeto e a questão de construir ou não já foram previamente discutidos e aprovados nas assembleias anteriores, lembrou que as planilhas já haviam sido encaminhadas a todos no grupo dos prefeitos e dos gestores da saúde para previa análise e ver qual a opção de cada município. Geísa coloca que as planilhas se encontram impressas e coladas no quadro a frente da sala e que as planilhas foram assim nominadas: planilha 01 – valor igualitário, planilha 02 – faixa populacional (faixa utilizada para rateio da manutenção), planilha 03 – três fatores (40% igualitário/ 40% pela média de utilização dos últimos 3 anos/ 20% por população) e que na assembleia de hoje a gente gostaria que cada município se posicionasse e aí a gente vai definir conforme a maioria decidir e que como o prefeito já falou outras vezes, não há como agradar todo mundo, não temos como, porque somos 54 municípios, então nós nunca vamos chegar em um consenso que "ah, mas eu queria" então, temos que chegar num consenso na maneira democrática onde a maioria presente no dia de hoje defina de que forma que seguimos daqui em diante. Prefeito Glauber Burtet de Caxambu do sul pede qual o prazo da licitação bem como o prazo da obra. Dhonatan Pommerening, assessor jurídico do Consorcio coloca que o prazo de execução é de 24 meses e que a licitação assim que definida a forma de rateio será iniciada a construção do edital para que este seja lançado e homologado ainda no ano de 2023 seguindo o prazo legal de todo órgão publico de tramitação em torno de 30 a 40 dias. Prefeito Neuri Meurer de Irati questiona se há na assembleia algum representante do município de Chapeco pois pela fala do vice prefeito Itamar na assembleia anterior Chapeco seria contra a construção e o que aconteceria caso o município opte por não participar do rateio e sair do Consorcio. Prefeito Mauro fala que se Chapecó sair, que acredita não ocorrer pois a presença de Chapeco é extremamente



importante, por Chapecó ser um grande parceiro do CIS, fala também que o consórcio nasceu da necessidade dos pequenos municípios, dos municípios mais distantes, de suprir aqueles vazios assistenciais que temos de atendimento. Então o consórcio é aquela válvula de escape que atua sempre onde está faltando e temos que estar nos moldando o tempo todo. Quando caminha para um serviço e implanta aquele serviço, aí o Estado passa a ofertar temos que sair desse serviço e é essa a missão do Consórcio, e partir para aquela outra necessidade que tem, então o CIS faz isso, e tendo Chapecó e outros municípios maiores como parceiros é extremamente importante porque daí temos mais prestadores. O nosso desafio é conseguir prestadores e, até o espaço para construir isso é para podermos ter mais prestadores, porque tem muitas especialidades que nós temos que mandar a Florianópolis. Temos que deixar nosso cidadão sem atendimento, muitas vezes comprando o serviço, porque nós não temos prestadores. Então, quando a se fez o espaço aqui em parceria com a Unochapecó, vimos que isso dá certo. Fomos para Pato Branco e vimos que dá certo. Então sabemos que aqui vai dar certo também. Vamos resolver todos os problemas? Claro que não, pois a partir de que a gente resolve um, surge outro, mas esse é o papel do consórcio. Tem que estar atuante, parceiro, para ir absorvendo as necessidades dos municípios e se moldando. Prefeito Neuri insiste em saber o que os demais municípios irão fazer se Chapeco não estiver junto ao Consorcio. Mauro reforça que o terreno já está cedido. Esse terreno veio pra Chapecó num acordo com ele. Era do Estado e um trâmite lá que quem cuidou disso foi o presidente Caleffi na época veio pra Chapecó, na condição dele ser cedido para o consórcio. Então hoje existe uma lei de cessão já é aprovado na Câmara e existe conversa sim com o município de Chapecó, onde eles têm até assim o compromisso de fazer a doação desse terreno sem problema nenhum é só conversarmos para que Chapeco tenha um melhor entendimento. Às vezes Chapecó está pensando que tipo assim, eu que escutei uma fala do prefeito João no grupo vamos gastar esse dinheiro em equipamentos, mas vamos colocar onde os equipamentos? Vamos gastar esse dinheiro em serviço, mas essa é a ideia é para dar serviço e para nós ter local para nós prestar o serviço. Como é que nós vamos prestar serviço se nós não temos um espaço adequado para isso? Vamos ficar para o resto da vida dependendo de um aluguel, de um local que não é nosso, que não podemos fazer o que queremos e somente aquilo que nos é permitido? Então estamos pensando lá na frente, em ter um serviço organizado, em ter um serviço estável e realmente próprio. O Consórcio há 27 anos existe e sempre usamos e nunca vamos ficar sem os serviços via consorcio. O Estado pode avançar o quanto for em ofertar serviço e tomara Deus que ele consiga ofertar todos, aí nós teríamos que fechar o consórcio, mas a gente sabe que isso é utopia, a gente não vai chegar nesse ponto, então nós temos que ter o consórcio, e se nós temos que ter o consórcio, nós temos que ter um local para esse consórcio funcionar e se fortalecer. Vamos depender a vida inteira de um aluguel, onde hoje podemos



organizar um serviço, amanhã não tem mais o serviço? Aqui, o espaço aqui é interessante? Claro que é para esse momento. A gente avançou muito numa discussão aqui com a instituição pra tentar ter um espaço por meios legais. É difícil fazer aqui. Então já temos um espaço lá. Foi discutido a questão, eu estou tentando voltar aqui a conversa só pra gente ter isso aqui um pouquinho mais claro, a questão de estacionamento, a questão de espaço para chegar. Eu falei outro dia na outra assembleia. Aonde é que o nossos motoristas mais vão? É no hospital regional, é no centro. Eles já estão ali. Então o fato do nosso consórcio estar lá próximo ao Hospital regional não é problema. Pode ser problema para nós prefeitos com assembleia. Quantas assembleias nós fizemos no ano? Esse ano vocês esquecem porque nós tivemos que fazer umas a mais para discutir este assunto, espero que hoje terminamos, mas é uma, duas no ano que a gente faz, então não é difícil a gente ter que se mudar para o lugar mais longe, mais o dia a dia do nosso motorista é lá próximo. Neste momento a secretária de saúde de Xanxerê pede a palavra e coloca que conforme já dito pelo prefeito Martarello na assembleia anterior disponibiliza terreno, caso não der certo Chapecó ou caso quiserem mudar de ideia. Então, só para colocar para vocês, temos um terreno no centro da cidade de 2000 metros quadrados, inclusive uma área de 1000 metros quadrados ao lado desse de 2000 para fazer estacionamento outro no distrito industrial em Xanxerê que fica próximo a BR e naquele prédio próximo ao portal. Xanxerê disponibiliza então a queremos colocar o município a disposição, temos esses terrenos e a gente disponibiliza também para o Consórcio caso for de acordo de todos. Mauro explica que o prefeito de Xanxerê ligou fazendo essa oferta que fica feliz de ver a intenção do prefeito, até porque no primeiro momento ele também se posicionava contra e quando ele passou a ter o entendimento já mudou a opinião e já se colocou à disposição assim, pessoal, é importante termos mais opções de espaços pois aquele dia da assembleia anterior eu disse que eles quiserem fazer na Jardinópolis também, mas nós temos que considerar a questão de prestadores também então nós temos que ver a viabilidade do serviço para como um todo. Prefeito Nevio Mortari, de Paial coloca que questão do João, é mais ou menos igual a dele que não participou das reuniões nem das discussões, e a gente imagina uma coisa, mas na realidade ela é outra que o que falta ali é ter uma conversa, sentar e conversar e eu vejo que temos que agradecer o prefeito de Xanxerê, que se colocou à disposição, mas não tem como não ser aqui em Chapecó, por diversos motivos. Primeiro os profissionais em atividade e assim por diante. Questão de logística talvez Xanxerê até para alguns Municípios ficaria até melhor. Mas somando a questão de profissionais e de clínica, sem dúvida nenhuma, não tem como ser fora daqui de Chapecó. Então eu acho que essa questão do prefeito João é só questão de sentar e conversar. Temos certeza que tudo se encaminhará, e tem dúvidas que às vezes a gente tem, como também falei essa semana com o jurídico que talvez tínhamos que parar e analisar, mas agora entendo e concordo com todos os encaminhamentos. Cleomar secretário de



saúde de Pinhalzinho fala sobre a situação do município e que o prefeito Cena falou da intenção da construção, que concorda na escolha da cidade, só que já ponderar a questão da doação do terreno antes. Que se faça a doação antes da construção. O medo dele, que daqui a pouco muda a gestão daí vai lá e revoga tudo o que está sendo feito porque em tese só temos a cessão de uso, ele pediu para levantar essa questão. Prefeito Volmir Felipe de Vargeao questiona se Chapeco não entrar no rateio o que acontece. Mauro responde que se faz um novo rateio do valor de Chapeco porem pondera que para o município não participar ele terá que sair do consórcio, daí ele não é mais ente e não pode mais utilizar o consórcio e que acredita que nenhum gestor hoje em são consciência, nos tempos que estão hoje não vai querer abandonar o consórcio. Reforça que o CISAMOSC é um dos melhores consórcios de repente, até no país, em termos de número de profissionais e atendimento. Quando a gente vai em alguns eventos que são a nível nacional e a gente encontra em alguns stands de alguns consórcios, a gente como presidente do Consórcio vai lá e faz uma fala, e quando começa a colocar o que a gente oferta do serviço aqui, se nós pegássemos e relacionasse no longo dos mais de 10 anos que a gente esteve participando do CIS desde quando era secretário de saúde o quanto o consórcio prestou em serviço para nossa região, vocês levariam três dias para ficar analisando aqui. Então hoje, pensar em ficar sem consórcio, o gestor que faz isso, ele tem que pensar um pouco melhor. Prefeito Alceu Wrubel, de Ponte Serrada pede a palavra e coloca que gostaria de enaltecer o trabalho que vem sendo feito ao longo do tempo “Eu sou prefeito da Ponte Serrada, uma pequena cidade aqui do Oeste também, mas ao longo dos meus dois mandatos, eu vi quanto que o consórcio CISAMOSC tem contribuído para todos os municípios, vocês sabem tanto ou mais do que eu e o esforço que vocês têm feito, o Mauro, a Geísa, todos nós, o esforço que tem feito para melhorar ainda mais. Eu falava agora há pouco com o Volmir Felipe, lá em Xanxerê, numa reunião que nós tivemos lá com o Badesc, enfim, dizendo de todo esforço que vem sendo construído, e aí aqui e está o prefeito de Paial, amigo Névio, que ele sabe, eu tenho absoluta convicção que de modo nenhum o prefeito João vai sair do consórcio, porque o consórcio é benéfico para todos, não existe nenhuma hipótese. E respondendo também para o prefeito de Vargeão, se eventualmente Chapecó saísse, que não vai sair, essa é uma convicção que se tem, e aí então, essa diferença de valores pode até ser diminuída quando da licitação. Pode ser que esse valor até caia ainda desse valor que está sendo uma estimativa de valor. Eu me proponho no meu município aquilo que a maioria deliberar, nós vamos estar, seja lá qual a forma nós, nós Ponte Serrada, vamos participar, porque eu sei o quanto que nós temos sofrido com a questão da saúde, o quanto tem avançado a questão do consórcio e o quanto tem nos auxiliado na questão de cirurgias e de que não é de competência do município. Se nós formos ver toda hora, não é nossa responsabilidade, não vamos fazer nada que é lá na porta da minha casa que estão batendo lá um tipo de 10.000 e poucos habitantes



que estão pedindo para fazer uma consulta daqui e dali. Quantos carros que nós temos? Nós estamos comprando carro novo toda hora para a saúde, para mandar aquela procissão de carro para Florianópolis. Nós não vamos trazer tudo para cá, mas vai amenizar. É uma questão de tempo que a gente vai evoluindo e nós estamos evoluindo. Isso eu quero dizer. O consórcio tem evoluído ao longo dos anos. Eu estava fazendo reconhecimento pelo trabalho voluntário que todo mundo está fazendo, do quanto que está sendo benéfico para todos nós. Se fosse R\$ 200.000,00 Prefeito Gilberto, tu sabes muito bem, mais do que eu também, conseguimos uma emenda parlamentar aí para custeio e nós já esta aí feito o pagamento. Aí depois você usa o recurso para custeio e paga com teu recurso a obra. Mas isso é muito proveitoso e vai ser muito bom para todos nós. Só quis fazer essa contribuição porque eu não pude participar da outra última reunião e eu sei do esforço que ele tem feito em Brasília. Nos encontramos lá em Florianópolis e atrás e atrás de um caminho. Não vai ser oneroso, vai ser benéfico para todos nós. As populações de nossos municípios vão agradecer por mais essa ação que vai ser feita através do Consórcio. Neste momento alguns prefeitos mencionam que o prefeito Joao Rodrigues de Chapeco havia se manifestado no grupo dos prefeitos colocando que o posicionamento de não construir o prédio é uma opinião pessoal dele enquanto pessoa e não enquanto município, que Chapeco já cedeu o terreno para o consorcio de maneira “vitalícia” e que o município estará sim junto na participação para a construção conforme a maioria dos prefeitos decidirem. Mauro coloca que já vencemos várias batalhas e que não são de agora dessa gestão, começou lá com o prefeito Névio, que ele já era presidente e veio vindo então é toda uma construção que nem já foi colocado e hoje estamos com a responsabilidade maior aqui de tomar essa decisão com vocês, mas não é a minha responsabilidade é articular pra fazer que hoje cheguemos a uma decisão então vamos a votação por município entre as opções planilha 01, planilha 02 e planilha 03. Aguas frias 03, Alto Bela Vista 02, Arabutã 03, Arvoredo 03, Campo Ere 03, Caxambu do Sul 02, Coronel Freitas 02, Faxinal do Guedes 03, Formosa do Sul 03, Guatambu 03, Ipumirm 03, Irati 03, Jabora 03, Jardinópolis 02, Lacerdópolis 03, Lajeado Grande 02, Nova Erechim 02, Nova Itaberaba 02, Paial 03, Passo Maia 03, Peritiba 02, Pinhalzinho 02, Planalto Alegre 02, Ponte Serrada 03, Presidente Castello Branco 03, Santiago do Sul 02, São Bernardino 03, São Domingos 02, São Lourenço do Oeste 03, Serra Alta 02, Uniao do Oeste 02, Vargeão 03, Xanxerê 02, Xaxim 02 ficando 18 (dezoito) votos para a Planilha 03 (três fatores) e 16 (dezesseis) para a Planilha 02 (faixa populacional) decidido pela maioria. Geísa coloca novamente aos prefeitos que não estavam na última assembleia, sobre a mudança no contrato do consórcio, com relação ao quadro de funcionários e aquela questão sobre Estado estar entrando nos consórcios de saúde. Então, o nosso consórcio se transforma de intermunicipal para um consórcio Interfederativo, onde o Estado pode estar aderindo e também o Ministério da Saúde já pensando futuramente. Dhonatan ressalta que será



encaminhado um projeto de lei que devera tramitar nas câmaras municipais de cada município e que se algum tiver algum questionamento poderá estar pedindo ao jurídico do consorcio. Irineu Szczlpanski, secretário de saúde de Formosa do Sul questiona como fica a questão da entrada de novos municípios no consorcio a partir de agora tendo em vista o investimento feito agora pelos municípios consorciados e é explicado que a partir de agora qualquer município que queira ingressar será cobrada uma joia para que não seja injusto o investimento feito pelos municípios. Ivanir Antonio Araldi, secretário de saúde de Arvoredo sugere que com o recurso desta joia possa ser feito um rateio entre os municípios que já são consorciados para que todos sejam beneficiados. Pode ser colocado como manutenção e abate no valor das contribuições, das mensalidades. Prefeito Nevio de Paial questiona como está a questão discutida já há alguns anos do Ministério da Saúde repassar a verba SUS para os procedimentos que a gente faz via consorcio. Geísa relata que está sendo discutido a nível de rede, na rede nacional dos consórcios deu uma parada agora, parece que retomou pois para eles nos passarem só no momento que o Ministério da Saúde reconhecer os Consórcios como um Fundo Regional de Saúde assim o consórcio já tem o CNES, mas o CNES ser independente do município sede, ser do consórcio pois com isso o consórcio vai apresentar a produção, eles vão reconhecer como a produção da região e devolver para o consórcio até relata que antes da reunião o prefeito de Vargeão solicitou como que está. Hoje, pelas normativas do Ministério da Saúde nós temos que apresentar para Chapecó. Chapecó apresenta para o Ministério, mas retorno financeiro eles não têm porque o que nós produzimos está vinculado ao extra teto, é abaixo do teto deles já. Que o teto deles é em torno de um milhão e oitocentos mil e não cobre nem o que eles têm de contrato. Então, esse retorno financeiro não tem, mas a série histórica está sendo apresentada através do boletim de produção ambulatorial individualizado, onde o ministério vê lá que é a Chapecó que está apresentando, mas que é o paciente de Paial que está sendo atendido então eles entendem que é da região que provavelmente seja consórcio mas para que isso aconteça, a gente precisa que realmente o Ministério mude a legislação primeiro para começar a mudar. A nível de Estado está bem avançado com a Secretaria Carmem, nós já temos algumas deliberações desse ano a nível de consórcio, tem essa PL aí para o estado o Estado estar se agregando ao consórcio, se tornar ente dos consórcios de saúde para facilitar os repasses e para que a gente possa discutir mais de perto essa questão de se tornar uma coisa contínua, uma política de Estado, o repasse que eles nos passaram lá em 2020 para 2021 e agora o 2021 veio só agora em 2023 então, com o Estado tá tendo um pouquinho mais de proximidade e a nível do Ministério, a rede agora, esse ano de novo que começou novamente a requerer esta pauta. Mauro coloca ainda que a proposta que tramitou no Estado, ela é de que o Estado repassasse, tinha que ter um fator, para ter uma noção de orçamento, a proposta era de que o Estado devolvesse o valor da tabela SUS.



Quando a gente pensar em algumas consultas, a gente sabe que o valor pequeno, vocês têm aquela tabela lá, vocês têm o que é o valor da tabela SUS e aquilo que a gente complementa, mas pensando em exames um pouco mais de alta complexidade, praticamente pagaria tudo. Então é um avanço muito grande. Seria aquela devolução daqueles 30 milhões, mais ou menos, que de repente poderia ser bem mais que 30 milhões. Então tem um avanço bem bom com relação a isso no Estado. Acreditamos que a gente possa ter boas notícias também com relação a isso logo mais e como nada mais havia a tratar o Presidente encerrou a Assembleia e solicitou o registro dos assuntos na presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente e pela Secretaria Executiva. Chapecó, SC, 18 de julho de 2023.